

# O MERCADO FINANCEIRO E A COLONIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Roberta Alice Januzzi <sup>1</sup>  
Adriana Duarte de Souza Carvalho da Silva <sup>2</sup>  
Ariana da Silva Ferreira Nascimento <sup>3</sup>  
Cíntia Chung Marques Correa <sup>4</sup>

## RESUMO

Este trabalho se insere na perspectiva do pensamento decolonial e foucaultiano. A investigação tem como objetivo avaliar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como projeto colonizador da educação brasileira pelo mercado financeiro nacional e internacional. Nosso pressuposto é que a BNCC parte de uma abordagem epistemológica cuja base é a racionalidade técnica e utilitarista do capital e, portanto, docilizadora dos corpos e da cognição dos alunos. Essa é uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, que usará como referências a própria BNCC, e as políticas educacionais de currículo e dados obtidos pela Lei de Acesso à Informação sobre as audiências públicas para formulação da Base. Esses documentos serão analisados em sua perspectiva epistemológica, para que possamos avaliar a influência do mercado financeiro no texto final da base, comparando aquilo que foi proposto pela sociedade civil e aquilo que é o resultado final dessa política educacional. Essa pesquisa se justifica pela sua originalidade e ineditismo, uma vez que ainda não há estudos que avaliam a BNCC pela abordagem da decolonidade. Como resultado, mostraremos que a apropriação da pedagogia das competências, de habilidades e do empreendedorismo como fundamentos da prática pedagógica é resultado de um processo histórico de colonização da educação brasileira feita pelos países de capitalismo central e suas instituições financeiras.

**Palavras-chave:** Base Nacional Comum Curricular; pensamento decolonial; sistema conceitual foucaultiano; epistemologia; mercado financeiro

## INTRODUÇÃO

A colonidade do saber é a herança deixada pelo colonidade territorial europeia. Somos territorialmente livres, mas nos mantemos privilegiando as epistemologias do Norte, em detrimento dos saberes produzidos no Sul. Por isso mesmo, nasce uma literatura que se denomina de Epistemologias do Sul e que se volta para entender o

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Petrópolis; roberta.42340053@ucp.br

<sup>2</sup> Professora Orientadora dos MBAs Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo – USP; adriana.dsc@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Petrópolis; ariana.42340054@ucp.br

<sup>4</sup> Professora do Programa do Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Petrópolis; cintia.chung@ucp.br

processo de epistemocídio produzido pelo colonizador europeu e como recuperar saberes tradicionais e de povos indígenas e africanos, para construir uma outra história do Brasil, não eurocêntrica.

Nesse trabalho, vamos nos apropriar dessa literatura para entender como o processo de formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como política pública curricular foi colonizado pelas instituições do capital financeiro internacional, que definiram a proposta política e pedagógica desse documento que baliza toda a educação brasileira.

Nesse contexto, o objetivo dessa pesquisa é avaliar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como projeto colonizador da educação brasileira pelo mercado financeiro nacional e internacional. Para isso, também organizamos três objetivos específicos, que são: a) compreender o conceito de decolonidade a partir de leituras das chamadas epistemologias do sul; b) analisar o conceito de financeirização das políticas educacionais e c) avaliar como a pedagogias das competências adentra a BNCC com uma visão neoliberal de sujeito, a partir da perspectiva de Foucault (2021).

Essa é uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, que usará como referências a própria BNCC, e as políticas educacionais de currículo e dados obtidos pela Lei de Acesso à Informação sobre as audiências públicas para formulação da Base. Esses documentos serão analisados em sua perspectiva epistemológica, para que possamos avaliar a influência do mercado financeiro no texto final da base, comparando aquilo que foi proposto pela sociedade civil e aquilo que é o resultado final dessa política educacional. Essa pesquisa se justifica pela sua originalidade e ineditismo, uma vez que ainda não há estudos que avaliam a BNCC pela abordagem da decolonidade. Como resultado, mostraremos que a apropriação da pedagogia das competências, de habilidades e do empreendedorismo como fundamentos da prática pedagógica é resultado de um processo histórico de colonização da educação brasileira feita pelos países de capitalismo central e suas instituições financeiras.

## **1. A Formulação da BNCC e seu projeto político colonizador da financeirização das políticas de educação**

Desde 1996, a necessidade de uma educação de qualidade tem sido um tema recorrente no Brasil, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) entrou em vigor. Neste documento, no artigo 4º, Capítulo IX, são estabelecidos os

requisitos mínimos de qualidade de ensino, que consistem na oferta suficiente e variada de recursos essenciais para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem por aluno. No ano de 1996, apenas falar sobre a qualidade da educação não foi o bastante para estabelecer medidas educacionais que verdadeiramente contribuíssem para aprimorar os processos de ensino. No entanto, com a divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o Ministério da Educação passou a traçar estratégias para elevar o nível de ensino no Brasil.

É fundamental reconhecer a evolução histórica da BNCC, compreendendo as diversas lutas pela melhoria da educação e as divergências políticas que influenciaram na definição das prioridades educacionais. No entanto, de acordo com Cury, Reis e Zanardi (2018), no ano de 2014, a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) gerou debates sobre a importância de estabelecer um Sistema Nacional de Educação, que exigiria a existência de uma Base Nacional Comum. O PNE já demonstrava o interesse em estabelecer uma Base Nacional Comum, o que levou a discussões sobre sua elaboração como uma política curricular educacional.

Como foi entendido na ocasião, a implementação do artigo 2º da Lei nº 13.005/2014, que estabelece o PNE, requer uma estrutura nacional. Os formuladores explicam que a BNCC foi concebida com base na ideia de uniformização, ou seja, a disparidade educacional existente no país seria resolvida por meio de uma base curricular unificada, que incentivasse a igualdade, em detrimento da equidade.

Frente às necessidades no Plano Nacional de Educação, organizações estrangeiras passaram a participar do projeto, revelando objetivos distintos daqueles dos pais, educadores e sociedade escolar. Libâneo (2016, p. 40) define internacionalização das políticas educacionais brasileiras como:

(...) a modelação dos sistemas e instituições educacionais conforme expectativas supranacionais definidas pelos organismos internacionais ligados às grandes potências econômicas mundiais, com base em uma agenda globalmente estruturada para a educação, as quais se reproduzem em documentos de políticas educacionais nacionais como diretrizes, programas, projetos de lei, etc. Os organismos internacionais que mais atuam no âmbito das políticas sociais, especialmente da educação, são a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura - Unesco -, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD - e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. É importante assinalar que essas organizações, a par de diversos mecanismos burocráticos de relacionamento com os países pobres ou emergentes, atuam por meio de conferências e reuniões internacionais, tais como Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990), Conferência

de Cúpula de Nova Délhi, Índia (1993), Cúpula Mundial de Educação para Todos - Dakar entre outras. Documentos originados dessas conferências assinados pelos países-membros e as orientações políticas e técnicas do Banco Mundial vêm servindo de referência às políticas educacionais do Brasil.

Segundo Michetti (2020), existe uma interferência internacional na criação da base, de modo que o texto segue as diretrizes exigidas pelo mercado. De acordo com o autor, a BNCC representa uma disputa por interesses, resultando em um documento com caráter neoliberal que atualmente está em vigor no país. Em decorrência desse modelo de colonização da educação no Brasil, em que organizações estrangeiras ditam as diretrizes de nossas políticas educacionais, acabam influenciando até mesmo o processo de ensino da leitura e escrita, que se mostra dividido em competências, apenas sob a ótica da grafia correta, codificação e decodificação.

Michetti (2020) destaca uma das contradições desse procedimento, que foi a participação do público em geral juntamente com as instituições acima mencionadas. Apesar da garantia de que todos teriam a oportunidade de se expressar, as instituições acabaram tendo mais tempo para falar, o que fez com que a participação da sociedade civil se tornasse apenas simbólica. Como resultado, as audiências foram vistas como não deliberativas, servindo apenas para escutar as vozes das instituições legitimadas.

De acordo com Michetti (2020), a questão da qualidade da educação no Brasil tem sido negligenciada, com a privatização crescente das escolas públicas e a queda no padrão de ensino, sem a devida participação da sociedade civil. O autor ressalta a importância de debater essa problemática no âmbito escolar, conforme previsto em legislação, e não apenas em instâncias governamentais isoladas.

Michetti (2020) destaca a preocupação com a qualidade da educação, apontando a privatização crescente da educação básica pública no Brasil e o declínio da qualidade do ensino nas escolas, sem a devida participação da sociedade civil. A autora ressalta a importância do debate a nível escolar, conforme determinado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e não centralizado apenas no Ministério da Educação ou no exterior.

Esse processo é o resultado da chamada financeirização de políticas educacionais que, segundo Libâneo (2016), na esfera das diretrizes oficiais, as políticas de ensino adotadas pelas escolas recentemente têm sido impactadas por diretrizes advindas de organizações internacionais, as quais exercem uma influência significativa nas concepções de escola e no desenvolvimento do currículo. Pesquisas atuais destacam que

uma das diretrizes mais presentes nos documentos do Banco Mundial é a promoção de políticas de combate à pobreza que concebem a escola como um ambiente de acolhimento e proteção social, promovendo a implementação de um currículo instrumental, mais voltado para resultados e atingimento de metas de avaliações externas. Essas políticas acarretam na transformação da escola como um local de formação de mão de obra, resultando na desvalorização do conhecimento escolar considerado relevante e na formação humana.

## **2. As epistemologias do Sul**

Santos e Menezes (2009) a colonização, como qualquer experiência social, produz conhecimento. Toda produção de conhecimento pressupõe epistemologias, que são noções ou ideias sobre quais conhecimentos são considerados válidos ou legítimos, em determinada sociedade. Por isso mesmo, não há eu se falar em conhecimento sem prática ou sem atores sociais. Do ponto de vista dos atores, as epistemologias surgem destas relações sociais e, se são relações de dominação, então haverá uma epistemologia dominante, que se colocará hierarquicamente superior sobre outras.

É justamente essa perspectiva que assumimos sobre a BNCC. Uma vez que ela é uma seleção de saberes escolhidos por instituições internacionais, que tomam o estatuto de conhecimento escolar, então sua epistemologia é colonizada. Ainda na perspectiva de Santos e Menezes (2009), se toda relação social é cultural e política, então a BNCC é epistemologicamente fruto de decisões políticas dominantes, que têm um projeto colonial de nação para o Brasil.

Oliveira (2020) trata justamente das epistemologias do sul no cotidiano escolar e critica qualquer possibilidade de um currículo que se impõe externamente para dentro da escola. Nesse contexto, a apropriação das epistemologias do sul pela escolar trata o que ela chama de mais justiça cognitiva. Desta forma, é viável desenvolver simultaneamente uma interligação de conhecimentos - onde cada tipo de saber é entendido em uma relação de dependência mútua - e uma maior equidade cognitiva, entre os diversos saberes e aqueles que os possuem, apontada por Boaventura (2009) como requisito para a justiça social e, por conseguinte, para a emancipação social.

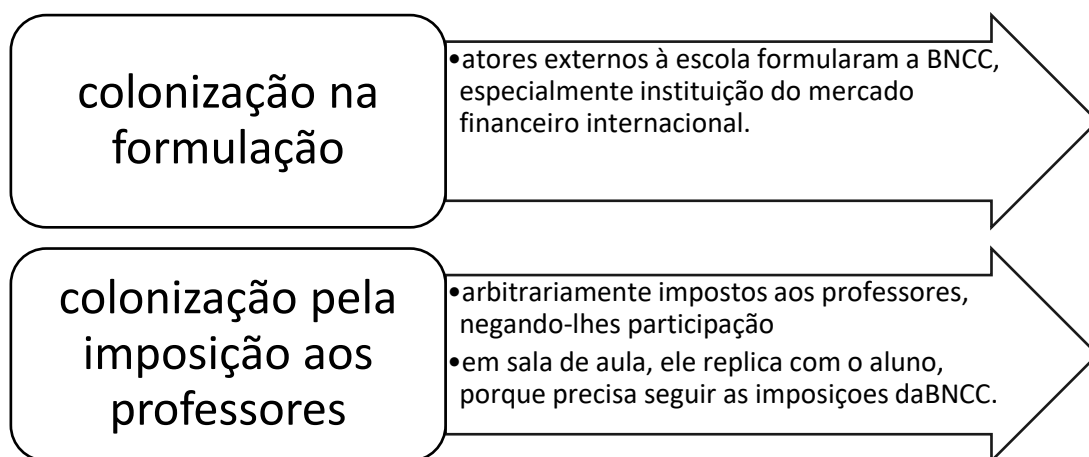
Nesse contexto, Boaventura (2009) destaca sobre a importância de desaprender, destacando que a desaprender não deve ser vista como algo negativo, mas sim como uma etapa do processo. À medida que adquirimos novos conhecimentos, podemos deixar de

lado ou nos desvincular dos antigos, tornando o desaprender um ponto de chegada e não necessariamente de partida (Santos, 2009).

No nosso contexto analítico – da BNCC – trata-se de desaprender o conhecimento ali contido, de teor alienador, porque subalterniza os sujeitos para a lógica do mercado e retira dele as possibilidades emancipatórias. Do ponto de vista das epistemologias do sul, trata-se de superar a lógica escolar do “bom menino” para avançar em direção à desobediência epistêmica.

Santos (2009, p. 261) afirma que “[...] desaprender não significa esquecer. Significa lembrar de modo diferente”. Dessa forma, o aluno que aprendeu na BNCC que seu corpo deve se sujeitar às competências e habilidades ali arbitrariamente impostas, deve se lembrar dessas aprendizagens para opor resistências a elas. Na figura 1 mostramos as estratégias de colonização da BNCC

Figura 1: Formas de colonização da BNCC



Fonte: dados da pesquisa

Quando olhamos o processo da audiência públicas e assistimos aos vídeos, notamos que aquilo que foi posto por instituições educacionais, ligadas à academia e à pesquisa, foi ignorado e o projeto final foi aquele que era demandado das instituições do capitalismo internacional.

### **3. Uma educação para competências, habilidades e empreendedorismo**

O processo de formulação da BNCC se apropriou do conceito de Pedagogia das Competências, conforme propostas por Perrenoud (1999).

Zajac e Cássio (2023) discutem que a implantação da pedagogia das competências no Brasil aconteceu através de mudanças na área educacional, com o intuito de criar um novo modelo de controle das escolas e do sistema educacional, visando preparar os indivíduos para as exigências do mercado de trabalho antes mesmo de ingressarem nele. A pedagogia das competências é, então, uma forma de capacitar as pessoas com comportamentos flexíveis para se ajustarem a uma sociedade onde a garantia da sobrevivência não é certa.

Os autores identificam que o uso do termo competência na área educacional buscava discursivamente promover a justiça social, mas também apontava para a privatização do indivíduo, mudando a ideia de educação de um projeto coletivo para algo mais individual. Nesse contexto de neoliberalismo e cultura pós-moderna, as identidades passaram a ser construídas mais através de estratégias individuais em resposta a desafios do que por projetos sociais compartilhados. As reformas educacionais neoliberais parecem priorizar a adaptação das pessoas às incertezas e instabilidades da sociedade atual, em vez de focar na qualificação dos jovens para o mercado de trabalho.

No contexto da BNCC, o conceito de competência é definido da seguinte forma:

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2018, p. 08).

Estudando esse texto, Zajac e Cássio (2023) discutem que a mudança do foco dos métodos de ensino para os métodos de aprendizagem nas políticas educacionais, que veio junto com a introdução da pedagogia das competências no Brasil, substituiu a proposta da formação humana para a perspectiva das habilidades do mercado de trabalho. Ainda conforme os autores, a intensificação da linguagem da aprendizagem no discurso educacional atual, que limita a capacidade de discutir os papéis e o próprio conteúdo da educação, foi denominada como aprendizagem (learnification). Essa aprendizagem, restringe a compreensão das interações educacionais a relações estritamente econômicas, tratando os estudantes como consumidores e o processo educacional como uma mercadoria. Uma vez que a educação foi adquirida, não se tornaria um problema se ela fosse usada apenas para avaliar a aprendizagem, desde que os métodos recomendados fossem seguidos corretamente.



Ainda conforme Zajac e Cássio (2023) o processo educativo, por ser imprevisível, não pode ser tratado como uma simples técnica. A mudança do foco dos processos educacionais coletivos e sociais para processos de aprendizagem centrados no indivíduo torna a escola não espaço de emancipação, mas de consolidação das disputas que possibilitam a reprodução do capital. A perspectiva desse sujeito que é flexível também está presente nesse trecho da BNCC:

Para tanto, a escola que acolhe as juventudes precisa se estruturar de maneira a:

proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade (Brasil, 2018, p. 466)

O discurso da resiliência tem como foco preparar esse aluno para ser passivo diante da exploração capitalista, apagando as possibilidades de consciência de classe e de resistência. Loureira, Kraemer e Lopes (2021) aponta que essa perspectiva coloca os sujeitos em ampla vulnerabilidade.

Na perspectiva da BNCC, Loureira, Kraemer e Lopes (2021) afirmam que a competência é fundamental para que as pessoas consigam se destacar e alcançar patamares mais altos de desenvolvimento pessoal e profissional. Atualmente, as características e valores exigidos são a autonomia, flexibilidade, iniciativa, superação individual, resumindo-se em uma certa ética empreendedora. Dentro dessa ética empreendedora, a pessoa se torna um investidor. Essa lógica está presente na BNCC, porque essa é perspectiva do mercado financeiro internacional – formação mão de obra resiliente e passivas para o capitalismo. Essa é lógica da colonização para o Brasil – manter nossa condição de países periférico. Vejamos então como o empreendedorismo está presente na BNCC:

IV – empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias (Brasil, 2018, p. 479).

(...)

Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual. Diante desse cenário, impõem-se novos desafios às Ciências Humanas,



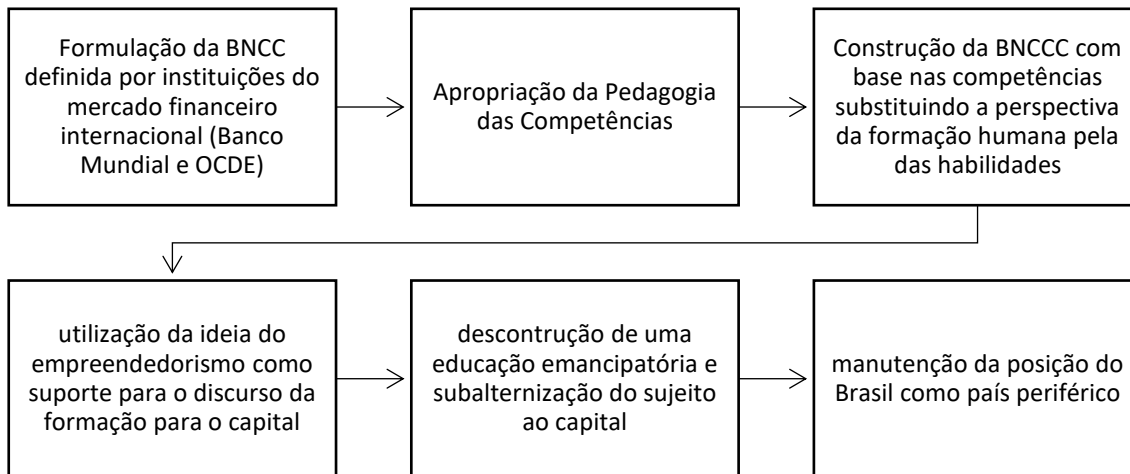
incluindo a compreensão dos impactos das inovações tecnológicas nas relações de produção, trabalho e consumo (Brasil, 2018, p. 568).

Nessa visão do aluno formado como empreendedor, o sujeito formado pela escola é aquele que investe em si mesmo e administra sua maneira de ser através de caminhos de aprendizado flexíveis. Dessa forma, o conceito de mercado envolve um processo regulado que utiliza motivações psicológicas e habilidades específicas. O mercado requer que a pessoa seja proativa e que, como unidade de competência, regule seus investimentos em relação à participação, à aprendizagem contínua, à busca de recursos e à criação de meios de subsistência. Ao se tornarem empreendedores de si mesmos, as pessoas são transformadas em mercadorias e/ou ativos econômicos. Essa situação é rara, já que alcançar o protagonismo requer uma constante luta competitiva consigo mesmo. Além disso, manter o protagonismo e o empreendedorismo pode resultar não apenas em superar desafios internos, mas também contribuir para o surgimento de problemas de saúde e até mesmo para a morte.

De acordo com Loureira, Kraemer e Lopes (2021), na linguagem da financeirização da sociedade, se apenas alguns têm a oportunidade de se tornarem protagonistas, é altamente provável que ocorra um aumento significativo de indivíduos excluídos e/ou em situação de vulnerabilidade social. Isso nos leva a perceber que o papel desempenhado pelo Estado muda de enfoque, passando de uma função de promoção dos direitos sociais para uma abordagem regulatória, cujo objetivo é garantir as condições para o funcionamento do mercado. Nesse sentido, cabe ao cidadão a responsabilidade de alcançar resultados de aprendizado de qualidade nas avaliações realizadas. Como resultado, o avanço do país está diretamente ligado às responsabilidades que cada pessoa assume. Dentre outros fatores, esse progresso está relacionado à qualidade da educação do indivíduo, a fim de que ele se torne um trabalhador qualificado.

Dessa forma, o caminho colonizador da BNCC pode ser compreendido no seguinte esquema a seguir:

Figura 2: Caminho colonizador da BNCC



Fonte: elaborado pelos autores

### Considerações Finais

O Brasil é um país da periferia do capitalismo por conta do processo colonial, que consolidou aqui uma economia agroexportadora. Embora territorialmente soberano, atualmente somos uma economia ainda dependente de empréstimos externos e de importação de tecnologias que não produzimos aqui. Devemos trilhões de dólares para instituições financeiras do capitalismo central, que ganham o poder de definir nossas políticas, em troca de manutenção de empréstimos.

Dessa forma, compreender a BNCC como um processo de docilizar corpos, de tornar os sujeitos cognitivamente passivos e subalternos à lógica da exploração, é uma estratégia de manter a acumulação de capital por meio reprodução do capitalismo periférico.

O currículo é sempre político e contém nele mesmo uma proposta de formação de sujeitos. O sujeito da BNCC é aquele que é formado para se adaptar àquilo que o mercado de trabalho existe e se manter resiliente diante da dominação, não resistente.

### Referências:

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília: MEC, 2018.

CURY, C; REIS, M. e ZANARDI, T. **Base Nacional Curricular Comum: bases e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2019.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. *Cadernos de Pesquisa*, v. 46, n. 159, p. 38–62, jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/ZDtgY4GVpJ5rNYZQfWYBPPb/#>. Acesso em: 22

LOUREIRO, C.; KRAEMER, G.; LOPES, M. C. Competências e direito de aprendizagem: protagonismo e vulnerabilidade. *Cadernos CEDES*, v. 41, n. 114, p. 99–109, maio 2021. <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/hM9JkTKx4FjkGzgSjtsbD8j/#ModalHowcite>. Acesso em: 15 set.2024.

MICHETTI, M. Entre a legitimação e a crítica: As disputas acerca da Base Nacional Comum Curricular. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 102, p. e3510221, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/7NZC9VwjKWZKMv4SPQmTXPJ/?lang=pt#:~:text=As%20disputas%20acerca%20da%20cria%C3%A7%C3%A3o,leg%C3%ADtima%20e%20encaminhar%20seus%20des%C3%ADgnios>. Acesso em: 25 mar.2024.

PERRENOUD, M. **Construir As Competencias Desde A Escola**. São Paulo: Artmed, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Lisboa: Almedina, 2009.

ZAJAC, D. R.; CÁSSIO, F. A Apropriação da Pedagogia das Competências na BNCC. **Educação & Sociedade**, v. 44, p. e270962, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/MJFV5YdC3q8xdNWxnkdLd9d/#ModalHowcite>. Acesso em: 15 set.2024.